

## ***CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS\****

---

**JOSÉ DE CASTRO MEIRA**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Ao Dr. Palmieri, caro companheiro de debate, Ministro José Delgado, meus caros amigos, em primeiro lugar, eu quero agradecer à NDJ pelo convite. Foi na NDJ que eu comecei a participar destes trabalhos, destes debates com, vamos dizer assim, o público externo, porque dentro do Tribunal e em salas de aulas eu já era acostumado a falar assim, mas participar destes painéis, debates e palestras, eu realmente comecei com a NDJ por convite do Dr. Leon Frejda Szklarowsky, juntamente com o seu Diretor, o Dr. Cerdônio Quadros. Então, voltar a falar num Seminário da NDJ, inclusive começou com este tipo de atividade aqui no Recife, que também nisto é pioneira, é um orgulho para todos nós.

Nós vamos falar sobre o Controle de Constitucionalidade das Leis, que é um tema estudado na jurisdição constitucional, é uma matéria que todos os senhores conhecem muito bem, mas nós vamos aqui relembrar esquematicamente, porque, muitas vezes, a gente perde a visão de conjunto, embora eu saiba que todo mundo aqui tem uma noção. Como a maioria, ou quase todos aqui, são bacharéis de direito, evidentemente já estudaram este tema.

O estudo da jurisdição constitucional implica o estudo do exercício da competência do Poder Judiciário para salvaguarda e efetividade dos preceitos constitucionais, ou seja, nós estamos dentro de uma área em que a jurisdição não vai cuidar dos interesses específicos de cada um de nós, mas vai examinar a questão mais geral, mais ampla, de interesse da própria comunidade que diz respeito, exatamente, à efetividade dos preceitos constitucionais. E isso se baseia na própria

---

\* Painel de Debates nas Jornadas de Estudos NDJ de Direito Administrativo, realizado no dia 9 de setembro de 2004, em Recife - PE.

Constituição, porque a Constituição é quem regula o seu próprio modo de funcionamento da sua jurisdição, e ela estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" é um dispositivo do artigo 5º, inc. XXXV.

Vamos ver, desde já, como nós todos estamos aqui a recordar, dois pontos fundamentais: de um lado, o controle difuso se faz na via da exceção, ou seja, aqui o objetivo principal não é a obtenção de um pronunciamento do Judiciário quanto à constitucionalidade das leis. Ela faz como um fundamento, ela é feita como uma maneira de afastar algum óbice de ordem legislativa para que seja dada a prestação, que é buscada naquela ação específica. Então, eu quero obter uma providência do juiz e verifico que a dificuldade que eu encontro está numa lei. Entretanto, esta lei não está conforme os preceitos estabelecidos na Constituição. Como a Constituição é a Lei das Leis, ela é uma norma superior, que deve prevalecer sobre a legislação ordinária. Através do controle difuso, ou seja, pela via da exceção, é pedido, então, um pronunciamento do Judiciário. Este pronunciamento, em última análise, pode chegar ao Supremo Tribunal Federal pela via do Recurso Extraordinário nos termos do artigo 102, inciso III, alíneas *a*, *b* e *c*, da própria Constituição Federal, ou seja, uma causa iniciada em primeiro grau, tratando da matéria constitucional, pela via da exceção, pode chegar a um pronunciamento final da Suprema Corte.

E a outra forma, que é bastante conhecida, é o controle concentrado, ou seja, por via da ação, que é feita basicamente hoje por duas ações: pela ADI, que a Constituição regula no artigo 102, inc. I, alínea *a*; e pela Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que foi introduzida pela Emenda Constitucional nº 3/93, e que está no artigo 103, § 4º, da CF/88.

Ao prosseguir neste tema, nós temos exatamente que refletir aqui sobre esta superioridade que tem o preceito constitucional e este

tema tem sido tratado em diversos livros de doutrina. Nós todos estamos aqui a recordar das palavras de Kelsen, na sua teoria, quando ele faz aquela teoria do ordenamento jurídico e estabelece exatamente a Constituição no topo do ordenamento, como a base a dar a fundamentação para todas as demais normas infraconstitucionais. O tema foi, a meu ver, muito bem colocado num recente debate, quando o Supremo Tribunal Federal examinou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3105-8, do Distrito Federal, que retratou a questão relativa à contribuição dos inativos. Eu queria só dizer que este pronunciamento do Supremo, na verdade, representa uma verdadeira revolução - eu ainda não tive oportunidade de ler todos os votos para refletir melhor sobre os meus próprios conhecimentos. Humildemente, eu confesso que, como alguém que aprendeu com Nelson Souza Sampaio a diferença entre poder de reforma e poder constituinte originário e derivado, eu vou ter que fazer uma profunda reflexão sobre isso, porque não adianta eu não gostar, eu tenho agora que verificar como é que o Tribunal Supremo do meu país está a entender esta matéria.

Durante este debate houve alguns pronunciamentos realmente magníficos, algumas lições de Direito Constitucional que nós precisamos recolher, e eu peguei aqui um tópico do voto proferido pelo Ministro José Celso de Mello Filho, quando ele medita a Constituição Democrática e diz que "uma Constituição democrática muito mais do que um Estatuto de organização do poder e de garantia das liberdades públicas reveste-se de alta significação emblemática, pois representa a expressão mais intensa do processo de transformação histórica da sociedade e do Estado, nela concentrando-se o modelo legitimador das práticas governamentais e do exercício dos direitos e garantias e deveres individuais e coletivos. A defesa da Constituição não se expõe nem deve submeter-se, por isso mesmo, a qualquer juízo de oportunidade ou de conveniência, muito menos a avaliações discricionárias fundadas em razões de pragmatismo governamental. A relação do poder e de seus agentes com a Constituição

há de ser, necessariamente, uma relação de respeito. O Supremo Tribunal Federal - que é o guardião da Constituição por expressa delegação do poder constituinte -, não pode renunciar ao exercício deste encargo, pois se a Suprema Corte falhar no desempenho da gravíssima atribuição que lhe foi outorgada, a integridade do sistema político, a proteção das liberdades públicas, a estabilidade do ordenamento normativo do Estado, a segurança das relações jurídicas e a legitimidade das instituições da República restarão profundamente comprometidas".

Eu vou ler só mais um trecho: "O inaceitável desprezo pela Constituição não pode converter-se em prática governamental consentida. Ao menos enquanto houver um Poder Judiciário independente e consciente de sua alta responsabilidade política, social e jurídico-institucional. Ninguém ignora - e não configura demasia insistir em tal asserção - que a Constituição é a Lei fundamental do Estado". E aqui ele retoma aquele conceito de Kelsen, que é a base de sua "Teoria Pura do Direito": "Nela repousam os fundamentos da ordem normativa instaurada pela comunidade estatal. A normatividade subordinante e que dela emerge, atua como pressuposto da existência de validade e de eficácia de todas as decisões emanadas pelo Poder Público. O Estatuto Constitucional reflete na pluralidade dos fins a que se acha vocacionado, o momento culminante da instauração de uma ordem normativa revestida do mais elevado grau de positividade jurídica. A supremacia da Constituição traduz, deste modo, na experiência concreta das sociedades civilizadas, um fator referencial da mais significativa importância. Enquanto peça fundamental no processo de edificação do Estado e no de preservação das liberdades públicas, a Constituição não é - e assim não deve ser vista -, como simples obra de circunstância, destinada a ser manipulada de modo irresponsável e inconseqüente pelos detentores do poder. Projeta-se hoje, de maneira irresistível, a tendência universal de inviabilizar, por todos os meios possíveis, o inaceitável processo de desrespeito sistemático à Constituição, que conduz, pela deformação da vontade soberana do poder

constituente originário, à erosão da própria consciência constitucional". E aqui ele cita Machado Horta, num trabalho sobre o tema.

Quando ele diz que "o acatamento da Constituição ultrapassa a imperatividade jurídica de seu comando supremo. Decorre, também, da adesão à Constituição, que se espraia na alma coletiva da Nação, gerando formas difusas de obediência constitucional. É o domínio do sentimento constitucional", e aqui ele vai falar sobre a multifuncionalidade da Constituição, que é um instrumento básico de regulação normativa do poder. É um aspecto também por evidenciar-se como elemento decisivo na estrutura orgânica, na definição programática dos fins do Estado e, por fim, por qualificar-se enquanto meio solene de afirmação dos direitos da pessoa e da coletividade social perante o poder como Estatuto Jurídico das liberdades públicas.

Eu pensei exatamente nestas introduções, neste enfoque, para mostrar a importância da Constituição. A primeira idéia era trazer aqui a teoria kelseniana e seria mostrar também a Constituição e o seu aspecto sociológico, a necessidade realmente da Constituição estar internalizada na comunidade, para que todas as pessoas tenham plena consciência dos direitos e dos deveres que são colocados neste documento básico para plasmar a nacionalidade. Mas eu creio que neste tópico do voto do Ministro José Celso de Mello Filho tudo foi dito com muito mais propriedade. Foi por isso que eu peço e estou pedindo licença a vocês depois de ter feito isso para tomar alguns momentos, exatamente para que nós nos conscientizemos, nós possamos introjetar em nós mesmos a grave responsabilidade que todos nós aqui, como profissionais do direito, temos no compromisso que assumimos de defesa da Constituição.

J. J. Calmon de Passos costuma dizer que a Constituição, enquanto papel que é, é um pedaço de molambo que ele pisa e joga pra fora e senta em cima, que não vale nada na verdade. O papel, em si, nada

significa, se a comunidade, especialmente a comunidade jurídica, não estiver profundamente comprometida com a realização de uma sociedade que seja realmente pluralista, democrática e voltada para todo um compromisso que é estabelecido especialmente nos seus primeiros arquivos, que todos aqui conhecem muito bem.

Mas como a gente tem uma missão a cumprir, vamos aqui agora procurar jogar, ter uma visão genérica sobre esta questão dos sistemas do controle da constitucionalidade. No último trabalho publicado por José Afonso da Silva, nestes últimos meses, na revista chamada *Interesse Público* - da qual o Ministro Delgado é um dos colaboradores -, ele escreveu um trabalho exatamente em que procura dar uma visão geral sobre os diversos sistemas de controle de constitucionalidade. Então nós temos aí um sistema exclusivamente difuso de que são exemplo os Estados Unidos e a Argentina. Neste caso, o controle de constitucionalidade só se realiza caso a caso, em cada um dos processos que é submetido ao juiz singular, e chega aos tribunais superiores até que, no fim da hierarquia, se dê a última palavra. Então são os exemplos clássicos; o exemplo de puro sistema difuso.

Mas nós temos ainda, por outro lado, no extremo oposto, o sistema exclusivamente concentrado, só que aí nós vamos encontrar pelo menos três submodelos, quer dizer, três modalidades distintas. Ou este modelo se encontra numa Corte Constitucional, como é o caso da Europa e do Chile, aqui na América Latina. Então, é a Corte Constitucional que é responsável por realizar o exame sobre a constitucionalidade das leis. Aquele fenômeno na Europa, que se chama de "reenvio", ou seja, surgindo alguma questão constitucional no exame de uma causa, esta fica sobrestada e há remessa daquela questão para o pronunciamento da corte constitucional. Há também um sistema, que é a Corte Suprema de Justiça e, no caso, não há uma corte especializada, é a própria Corte Suprema de Justiça que, ao mesmo tempo, age como órgão das vias ordi-

nárias, mas também concentra o poder de manifestar-se sobre a constitucionalidade das leis. É o caso de Honduras e do Panamá. E temos, ainda, a Câmara da Corte Suprema, ou seja, dentro da Corte Suprema existe um Departamento, existe uma Câmara. Muitos tribunais aqui usam turmas, outros usam Câmara também. Há uma Câmara na Corte Suprema que fica encarregada, especialmente, do pronunciamento sobre a constitucionalidade das leis, e isto acontece na Costa Rica e no Paraguai. Nós temos, ainda, o sistema misto, que mescla os sistemas difuso e concentrado. Aí é o nosso caso: a corte, o Tribunal Supremo, como é o caso do Brasil, El Salvador, México e Venezuela, para o Supremo tanto faz o controle difuso, como também pela via concentrada; e a Corte Constitucional, que acontece no caso da Bolívia, da Colômbia e da Guatemala. Nós temos ainda um sistema que é adotado no Peru e também no Equador, em que o sistema é paralelo, no qual coexistem os dois sistemas sem se mesclarem. A Corte Constitucional não tem contato com o modelo difuso existente. O sistema difuso funciona de uma forma, por um lado, e o sistema de controle concentrado funciona do outro. Não é como neste sistema misto anterior, em que existe então esta mescla. No caso, havendo uma causa de duas pessoas, ela necessariamente não irá até a Corte Constitucional; a Corte Constitucional fica apenas reservada para o exame da matéria no que diz respeito ao controle pela linha abstrata, vamos dizer assim, pela linha de ação direta.

Vamos agora fazer duas observações que me parecem interessantes: isto, no sistema de controle de constitucionalidade que eu achei muito interessante, o José Afonso chama a atenção desta que é o chamado "processo de inconstitucionalização". Neste sistema, nós temos uma espécie de inconstitucionalidade *in fieri*, ou seja, não há ainda uma situação concreta de inconstitucionalidade, mas a corte, na sua sensibilidade, percebe que a coisa está se encaminhando para uma situação de inconstitucionalidade. Esta situação foi decidida pela Corte Italiana na sentença nº 302, de 1988; e o que aconteceu aí? Percebeu a

Corte que o governo italiano estava exagerando no número de reiteraões de decretos-leis. Os decretos-leis lá foram a raiz, como todos nós sabemos aqui, das nossas queridas medidas provisórias. Então é uma situação desta espécie: ainda não se podia falar que o decreto-lei era inconstitucional, mas a Suprema Corte se reuniu e, através desta sentença nº 302, de 1988, fez como que uma advertência dizendo: olha, você está abusando, não faz de novo, não, se não a gente vai declarar inconstitucionalidade. E o governo, é realmente uma medida que, pelo que nós sabemos, produz o efeito, porque o governo passou a moderar e não a reiterar tantos decretos-leis, ele decreta e elege, como se diz lá, sobre aquelas matérias em que houve esta inspeção de norma.

Um outro ponto que eu queria só tocar aqui rapidamente é a questão da inconstitucionalidade superveniente. A doutrina tradicional, pelo menos eu aprendi na escola, é a seguinte: quando a Constituição chega e encontra uma legislação anterior, aquela legislação ou é recepcionada ou ela é revogada. Mas aí vem a doutrina, a discussão sobre qual destes axiomas seriam aplicáveis: seriam pelo fato de ser a *lex posterior* ou pelo fato de ser a *lex superior* (isto é, pelo fato de ser uma lei superior ou pelo fato de ser uma lei posterior). O princípio da *lex posterior*, que era o tradicional, muitas vezes ele é criticado pelo seguinte: porque muitas vezes a lei posterior, se for uma lei especial, ela não será revogada. E aí nós poderíamos ter uma situação realmente estranha, se fosse levado a ferro e fogo este princípio, se fosse levado às últimas conseqüências, porque nós poderíamos ter um dispositivo de lei anterior que seria incompatível com a Constituição, mas que não teria sido revogado por ser uma norma especial, de tal modo que, hoje, a doutrina parece encaminhar-se para aceitar os dois axiomas em conjunto.

A prevalência da Constituição se dá não só por ser uma lei posterior, mas também por ser uma lei superior, porque aí não dá nenhuma dúvida. Ela, sendo uma lei superior, não pode aceitar uma



prevalência de um princípio contrário. É a chamada "revogação por incompatibilidade constitucional", como prefere dizer José Afonso da Silva.

Agora vamos, rapidamente, fazer um breve histórico como o controle de constitucionalidade tem acontecido nos diversos diplomas constitucionais do Brasil. Nós vamos passar uma vista histórica e vamos encontrar que não havia possibilidade do controle jurisdicional de inconstitucionalidade no Império.

Então, a República teve o Decreto 848, que se deve a Campos Salles. Este Decreto 848 é particularmente importante para todos nós, que viemos da Justiça Federal, porque foi este Decreto que instituiu a Justiça Federal com recurso diretamente para o Supremo Tribunal Federal. Instituiu, na verdade, os juízos e tribunais federais. Os tribunais federais nunca foram criados; então, os recursos dos juízos federais eram remetidos diretamente ao Supremo Tribunal Federal, sempre que dispusesse, interpretasse a norma constitucional. Então nós temos aí neste Decreto de 1890, ou seja, pouco tempo depois da Proclamação da República, o embrião, o início, do controle difuso.

A Constituição de 1891 estabeleceu formalmente o Recurso Extraordinário no artigo 59, § 1º, alínea *b* - como eu disse, os tribunais federais não chegaram a ser organizados, mas todas as vezes em que a ação fosse baseada, fosse estabelecida, fundamentada no texto constitucional, era independente, não havia aquela preocupação que hoje tem de saber se há interesse da União, etc. Era saber se a ação, pela sua materialidade, estava fundada no texto constitucional. Tanto a ação quanto a defesa, a matéria passava a ser de competência dos Juízes e tribunais federais.

A Constituição de 1934 já estabeleceu uma novidade, que foi a representação interventiva nos Estados por inobservância dos princípios constitucionais essenciais. E aí nós vamos ter os dispositivos

que autorizavam esta representação interventiva. E, na verdade, esta representação era feita diretamente ao Supremo Tribunal Federal. É por isso que esta representação é apontada como verdadeiro embrião do controle concentrado. Ao mesmo tempo, nós temos a atribuição ao Senado Federal da competência para suspensão de ato declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário, artigo 91, inciso IV, que estabelecia também a exigência de *quorum* nos tribunais para declaração de inconstitucionalidade.

Já se homenageava, já se prestigiava, nesta época, aquela presunção de constitucionalidade dos atos. Foi com base neste pressuposto, nesta presunção, que se estabeleceu que não poderia haver um pronunciamento por um *quorum* simples, mas por um *quorum* qualificado. Então, nós temos uma, como que já aumentando, já criando mais uma carapaça de maior defesa da própria Constituição através da representação interventiva e também desta atribuição ao Senado. Qual a finalidade, exatamente? Não necessitar que cada cidadão tivesse de ir especialmente ao Poder Judiciário para o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, quando o Supremo já tinha reiterado as manifestações sobre esta matéria.

Nós vamos falar mais um pouco sobre esta questão da atribuição ao Senado, mas, basicamente, está aí a finalidade para simplificar o processo e não precisar, dentro de um modelo difuso, que houvesse "n" manifestações do cidadão para que o Poder Judiciário fosse obrigado a se pronunciar.

Vamos passar agora à Constituição de 1937. A Constituição de 1937, como todos nós sabemos, é uma Constituição concentradora, que procurava dar maiores poderes ao Presidente da República, que governou ditatorialmente através de decretos-leis. Mas já estabelecia um retrocesso, como seria de esperar, porque se permitiu a revogação da declaração de inconstitucionalidade pelo Parlamento, ou seja, o Supremo

declarava inconstitucionalidade de uma lei; o Parlamento, por *quorum* de dois terços, que numa ditadura não é nada difícil de conseguir (nós assistimos a isto aqui; quando o Presidente da República queria, ele obtinha facilmente), então revogava, podia revogar a declaração de inconstitucionalidade. E a lei seria reapresentada pelo Presidente da República, e era revigorada, e aquela declaração de inconstitucionalidade passava a nada valer. Quais são os casos em que acontecia a justificativa? Se fosse necessária esta providência ao bem-estar do povo, à promoção ou à defesa do interesse nacional de alta monta, estava no artigo 96, parágrafo único. Ninguém deve estranhar, porque jamais alguém vai dizer assim: não vai colocar quanto o detentor do poder quiser, vai sempre colocar toda uma ideologização, toda uma explicação, toda uma justificativa que é própria dos atos humanos. Por mais que a gente saiba que está sendo dirigido duramente, mas há sempre necessidade de suavizar, de dourar aquela pílula para que a coisa se apresente de uma maneira palatável. E também o compromisso que o Brasil tinha diante das nações do mundo não podia jamais dizer assim: olha, isto aqui é assim e acabou.

Vamos agora ver a Constituição de 1946. Em 1946 é restabelecido o regime democrático e, evidentemente, nós fizemos um retorno ao sistema que estava vigente em 1934. E aí vamos ver a declaração de inconstitucionalidade de lei, o ato normativo estadual ou municipal, de competência do Tribunal de Justiça em face da Constituição Estadual. Nós não vamos demorar neste assunto, porque é da especialidade do nosso eminente Ministro José Delgado, que inclusive tem uma das melhores monografias sobre este assunto. A Emenda Constitucional nº 16 é um marco importantíssimo, fundamental, porque ela vai dar início ao controle abstrato. Nós tivemos antes aquela raiz durante a Constituição de 1891, mas vamos ter, aqui e agora, o início efetivo, quando ele coloca o seguinte: que cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar a representação contra a inconstitucionalidade de lei ou ato de

natureza normativa federal ou estadual encaminhada pelo Procurador-Geral. Então, aqui nós realmente temos o início deste movimento de concentração do controle de constitucionalidade, que começou com o nome de representação e equívale, naturalmente, às atuais ações das ADI e ADC: Ação Direta de inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Nós temos, depois da Constituição de 1967, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Foram documentos já passados após a chamada Revolução de 1964, mas que mantiveram tanto a Constituição de 1967 quanto a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que até se discute muito se foi uma emenda ou se, na verdade, houve uma nova Constituição. Mas esta discussão não cabe aqui no momento e, de qualquer modo, o sistema foi mantido e temos aqui uma novidade que vai surgir com a Emenda Constitucional nº 7, de 1977. Eu não sei se todo mundo se lembra dela, mas em 1977 o Governo disse que iria resolver o problema do Judiciário. O Judiciário estava em crise, precisava fazer uma grande reforma e aí fez esta tal reforma que, de concreto, para mim e para o Ministro Delgado, teve só uma novidade: nós deixamos de ser Juízes federais substitutos e passamos a ser juízes federais. Tiraram a nossa palavra "substituto", acho que nem aumento teve, né? Aumento de trabalho, só... foi a única novidade que houve nesta tal reforma.

No entanto, criou-se a medida cautelar, a possibilidade do deferimento de medida cautelar exatamente para providenciar, de imediato, a suspensão de ato considerado inconstitucional. Tinha aqueles requisitos específicos na cautelar, com respeito à aparência de bom direito e à possibilidade de causar dano irreparável, e, como havia uma lei que estava nesta situação, nós tivemos a necessidade de implementar esta medida que veio no bojo desta Reforma Constitucional na Emenda nº 7, de 1977. Na alínea f nós temos aqui um dado que estou destacando, porque achei importante: o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Processo

Administrativo 4477/72, decidiu, então, que não haveria mais necessidade da intervenção do Senado nos casos de suspensão de lei ou ato normativo pela via da representação. O Supremo interpretou, como sempre, corretamente a lei, evidentemente, ao entender que, como a via da representação já era uma ação direta, não havia por que se comunicar ao Senado. A finalidade da comunicação para o Senado - que naquela época se entendia assim - era evitar a multiplicidade de novas ações, de novos pleitos diante do Poder Judiciário. Se o próprio Judiciário estava dizendo aquilo e o pronunciamento é de modo concentrado, não havia mais necessidade.

Mas isto foi um grande passo, pelo seguinte: porque como a via concentrada era recente, tinha sido instaurada havia poucos anos, não havia uma tradição sobre este ponto, apesar de a lógica jurídica levar a isto, não havia ainda uma manifestação formal e concreta do Supremo sobre isto. E ele veio falar isto exatamente, não numa ação interessante como, às vezes, as coisas surgem numa via simples como foi este processo, um processo administrativo, em que o Supremo veio a decidir sobre esta matéria.

Vamos chegar agora à Constituição atual. A Constituição atual, evidentemente, representou, em muitos pontos, uma modificação profunda também neste aspecto. A Constituição de 1988 foi uma Constituição riquíssima, principalmente na defesa da cidadania, embora tenha lá seus senões, mas todos nós devemos nos orgulhar dela pelo muito que representa para a cidadania brasileira. Ela retirou a exclusividade da iniciativa do Procurador-Geral da República, como nós sabemos, estabelecendo também que os partidos políticos, o Poder Executivo, as próprias Confederações Sindicais possam participar deste processo, ou seja, houve uma abertura maior.

Havia um clamor na Constituição de 1988, acho que não tinha um advogado neste país que não reclamasse deste monopólio pela

Procuradoria-Geral da República, exatamente pelo segente: como o Procurador-Geral da República é um funcionário de confiança do Poder Executivo, evidentemente que ele não representava nos casos, como na época se dizia, não ia fazer a representação no desinteresse do Poder Executivo, só agia quando, ao contrário, interessava ao Poder Executivo.

O Ministério Público Federal também mudou de feição para deixar de ser um órgão de interesse do poder para ser um órgão de representação dos interesses da comunidade. Mudou profundamente o perfil do Ministério Público, eu fui do Ministério Público por seis anos e sei perfeitamente que nossa ação, eu como Promotor, minha atividade era basicamente para ação penal, e fui pouquíssimas vezes representar a Fazenda nos inventários e alguns pronunciamentos, mandados de segurança, etc. Mas não tinha este perfil que a Constituição dá hoje, sobretudo através das ações civis públicas, dos mandados de segurança coletivos, toda esta amplitude que teve hoje. Então, além de ter mudado o perfil do Ministério Público, também proporcionou a outros membros da comunidade o acesso ao Poder Judiciário para o questionamento destas matérias do próprio interesse público, interesse da própria comunidade, ou seja, quando estivessem em jogo o confronto da norma com a Constituição.

Mudou, então, de representação para ação de inconstitucionalidade, criou a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão, que é uma novidade também da Constituição de 1988. E numa situação parecida, foi criado um mandado de injunção que, apesar de ter estudos e mais estudos sobre o assunto, no fundo são duas facetas da mesma realidade, em que a declaração de inconstitucionalidade é feita para o caso em abstrato, enquanto o mandado de injunção é quando o cidadão concretamente se vê abraçado com a necessidade de um pronunciamento e há um retardamento do Poder Legislativo, por exemplo, na elaboração de uma norma naquele caso

concreto. Nós sabemos que são institutos que praticamente pouco funcionam, e há quem diga que isto se deve a uma certa falta de politização da própria comunidade, porque se fala para o Poder Legislativo: "olha, você está em mora", ele diz: "tudo bem, e daí?". Não há nenhuma cogência, nenhum meio de se compelir o Poder Legislativo a legislar e fica difícil, nós temos que reconhecer isto porque hoje com a pletora de medidas provisórias na pauta do Poder Legislativo, embora tenha melhorado muito depois da reforma constitucional que disciplinou as medidas provisórias, que deu novos prazos etc, sem dúvida nenhuma houve um progresso, mas de qualquer maneira ainda hoje a pauta do Poder Legislativo é estabelecida pelo Poder Executivo, através das medidas provisórias que, como todos nós sabemos, têm preferência na pauta.

Bom, e a previsão de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental perante o Supremo, no artigo 102, § 1º, da CF/88, na forma da lei, que é a Lei 9882, de 3.12.1999. É o tema que será aqui enfrentado também pelo Ministro José Delgado daqui a pouquinho, e que é objeto de uma excelente monografia do nosso querido Edilson Pereira Nobre Júnior, com o título *Direitos Fundamentais e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, que é um dos melhores trabalhos sobre esta matéria.

Nós temos ainda, aqui por último, o coroamento da revolução nesta matéria, que foi trazida pela Emenda Constitucional nº 3, de 17.3.1993, chamada Ação Declaratória de Constitucionalidade, que foi incluída, no art. 103, § 4º, como de competência do Presidente da República, da mesa do Senado, da mesa da Câmara de Deputados, ou pelo Procurador-Geral da República. Esta medida provisória, houve muita gente que disse que ela seria desnecessária, porque no momento em que o Procurador-Geral da República poderia, em tese, entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para dizer o contrário, havia quem dissesse que ele poderia, como ele tinha poder para ação direta de inconstitu-

cionalidade, também ter poder para ação declaratória de constitucionalidade, mas isto, sem dúvida, é uma discussão muito grande. Eu acho que o Poder Judiciário iria dizer que, se a Constituição quisesse isto, devia ter feito diretamente, que ali não se podia colher aquilo da letra da lei, das normas constitucionais, que não era da tradição da República, estas coisas todas. Eu acho que, para obviar tudo isso, não foi ruim, fica uma coisa assim meio óbvia, mas como ela foi criada como uma ação declaratória de constitucionalidade, apenas foi um instrumento válido na época, como me parece. Então, vamos dar o perfil de tudo isto que nós vimos até agora.

Nós temos aqui, em suma, que até a Constituição de 1988, apesar da coexistência dos dois sistemas de controle, havia uma ênfase ainda no controle difuso, cujo resultado, cujos efeitos do pronunciamento do Supremo, através de recurso extraordinário, são efeitos interpartes, ou seja, apenas às partes que militam no processo. E havia então a necessidade da resolução do Senado que, nos termos da Constituição, incumbe a eles suspender a execução no todo ou em parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Está na Constituição, no artigo 52, inc. X, e a finalidade seria exatamente prevenir novos litígios que viessem a surgir naquela matéria.

Eu vou agora aqui falar um pouquinho sobre o histórico da Resolução do Senado. Esta suspensão do Senado foi matéria de debates e de discussões dentro do próprio Poder Legislativo, e o Deputado Godofredo Viana, quando se discutiu esta matéria, chegou a sugerir que quando o Supremo Tribunal Federal se pronunciasse sobre a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo pela segunda vez, a primeira vez tudo bem, mas quando isto ocorresse pela segunda vez, então se deveria entender que, a partir daquele momento alterava-se a inexistência jurídica da própria lei. Outros, como o Ministro Themístocles Brandão Cavalcante, que é um dos grandes administrativistas



brasileiros, como também outro grande nome que foi Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, pai do Celso Antônio Bandeira de Mello, eles já defendiam uma outra vertente, eles entendiam que, ao haver a suspensão da norma pelo Senado Federal, naquele momento se conferia um efeito geral ao que era particular. Estava havendo, então, uma generalização, se generalizavam os efeitos daquela decisão, mas se reconhecia que esta decisão do Senado, esta resolução, tinha efeito *ex nunc*, ou seja, só passava a operar com generalidade para todos a partir daquele pronunciamento.

Esta pesquisa foi realizada num trabalho publicado recentemente, no mês de junho, agora na *Revista Direito Público*, pelo Ministro Gilmar Mendes, o trabalho se chama "O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional", na *Revista de Direito Público*, nº 4, de abril/junho de 2004, uma revista bastante recente.

Então um outro pronunciamento importante sobre esta matéria, porque já marcado por um certo pioneirismo, foi o do Senador Acioli Filho, quando ele disse que "a suspensão por declaração de inconstitucionalidade significa que a lei ou decreto suspenso nunca existiu, nem antes, nem depois da suspensão". Então, ele era radical na defesa do entendimento de que haveria uma, na verdade, inconstitucionalidade, uma inexistência da lei desde o seu aparecimento. Nesta matéria, um pronunciamento importante foi o que o Supremo Tribunal proferiu ao apreciar o Mandado de Segurança 16512, de 1966. Nesta época operou-se o seguinte: o Senado Federal, depois de emitir uma resolução retirando do mundo jurídico uma lei que, na verdade, era uma lei muito importante para São Paulo - dispositivos do Código de impostos e Taxas de São Paulo -, houve uma influência, naturalmente, houve manifestações do Governo de São Paulo. E o Senado, então, voltou atrás e revogou, expediu uma resolução, revogando a resolução anterior.

Esta matéria foi levada ao Supremo neste mandado de segurança por contribuintes do Estado de São Paulo que se sentiram prejudicados. E aí, neste momento, o Supremo teve oportunidade de dar um pronunciamento importantíssimo, porque o Supremo ouviu dizer que o Senado pode expedir ou não uma resolução, mas, uma vez expedida esta resolução, ela era irretratável, não poderia mais ser revogada.

A pergunta que fica muitas vezes e que deixa muita gente na dúvida é se pode o Supremo Tribunal Federal, depois que ele encaminha ao Senado Federal a comunicação de que determinada lei é inconstitucional - o Senado naturalmente demora para se pronunciar ou não se pronuncia -, se o Supremo pode mesmo assim voltar atrás com outra composição e dizer uma outra coisa. Isto é uma matéria polêmica, não tem nenhuma solução, isto não foi levado ainda à jurisprudência.

E a composição do STF de hoje pode mudar, agora mesmo nós tivemos um ingresso de três, quatro novos ministros no Supremo, e isto muitas vezes altera profundamente a jurisprudência. Acho que não há nenhum problema, é um assunto para reflexão, e não há ainda nenhum pronunciamento sobre isto.

Sobre a questão da resolução do Senado, ainda se indaga se o Supremo, em ADI, pode suspender a eficácia de uma lei, porque haveria a declaração de inconstitucionalidade no controle incidental, pode valer somente entre as partes. Isto daqui é uma questão que os doutrinadores estão fazendo neste sentido: se o Supremo, em ADI, pode suspender a eficácia de uma lei. Sem nenhuma dúvida disto, hoje não há necessidade de comunicação ao Senado - por que será que ele seria obrigado a fazê-lo também? Então o entendimento, por exemplo, do Ministro Gilmar Mendes neste trabalho a que eu estou aqui me referindo, diz o seguinte: que na verdade esta comunicação ao Senado, hoje, ela existe por razões meramente históricas. E argumenta-se o seguinte: quando a decisão do Supremo não declara inconstitucionalidade de lei, limitando-se a fixar

uma determinada interpretação constitucionalmente adequada, ninguém duvida de que neste caso não é necessário. Ele diz ainda que o Supremo pode adotar também uma interpretação uniforme da Constituição, restringindo o significado de determinada expressão literal, preenchendo determinadas lacunas que a legislação não foi precisa naquele ponto.

Na declaração de inconstitucionalidade com redução de texto, quando o Supremo diz que o legislador naquele caso falou mais do que pretendia, então neste caso se explicita que o significado normativo é inconstitucional. Um determinado significado é inconstitucional, e não a lei em si; determinada interpretação não pode ser admitida, mas a lei, em si, não, a lei sobrevive. O Supremo já teve oportunidade de se manifestar sobre isto, se não me engano, foi matéria de vencimento de funcionário. O que ele falou foi exatamente isto: não há norma, não é inconstitucional, o que é inconstitucional é esta aceção que estão querendo atribuir e dizer que ela quer dizer isto. Na verdade, a verdadeira aceção deste termo é mais restrita. Então, o Supremo restringe uma determinada significação do termo jurídico.

Um outro ponto também em que não há necessidade da intervenção do Senado é quando o Supremo se pronuncia quanto à recepção ou não do direito chamado "o direito pré-constitucional". Então, em todos estes casos, não há necessidade. Daí por que vem hoje o Supremo Tribunal Federal dando uma interpretação mais ampliativa ao seu poder de declaração de inconstitucionalidade. Nós temos, ainda, neste ponto, deste reforço da inconstitucionalidade, como vamos ver daqui a pouco, por meio do Ministro José Delgado, exatamente o pronunciamento através da ação de descumprimento de preceito constitucional que, na verdade, é uma ponte que se faz entre os dois sistemas - é que vai se valer deste instrumento com o objetivo mais amplo.

Vamos passar agora às características do controle de constitucionalidade em abstrato. A primeira característica destas ações é

que são ações judiciais atípicas: não é uma ação como outra qualquer, em que alguém tem um interesse próprio e vai ao juízo para que o juiz declare o seu direito; são ações chamadas judiciais atípicas, como bem disse o Ministro José Celso de Mello Filho. Num outro pronunciamento dele, ele diz o seguinte: o controle normativo de constitucionalidade qualifica-se como típico processo de caráter objetivo, vocacionado ou exclusivamente à defesa em tese da harmonia constitucional. Há muito se escreveu sobre este tema, mas eu tenho que nesta frase está resumido exatamente todo o espírito que norteia as ações de controle de constitucionalidade em abstrato, ou seja, nós temos aqui primeiro um processo que não é de caráter subjetivo, não há sujeitos no processo, que mesmo quando alguém interfere, como o Procurador-Geral da República, uma confederação, a própria mesa da Câmara, etc, ela faz aquilo não no interesse próprio, no interesse subjetivo, mas no interesse público, no interesse da comunidade como um todo, no interesse da defesa da ordem constitucional. Então está vocacionada, exclusivamente, como sempre, na defesa da harmonia constitucional da subsistência do sistema constitucional.

Esta, a meu ver, é uma definição muito boa sobre esta matéria. Então aqui as relações jurídicas individuais constituem matéria estranha. A isto não se admite assistência, litisconsórcio, nem desistência; admite-se apenas litisconsórcio ativo entre os legitimados constitucionalmente a propor ação, e há um efeito dúplice de procedência e improcedência, ou seja, todas as vezes que uma ação declaratória de inconstitucionalidade é improcedente significa automaticamente que aquela lei é constitucional; da mesma maneira que acontece com as ações declaratórias de constitucionalidade. Ela sempre tem esta face dúplice como se fosse o Deus Jano, duas faces de um lado e outro, ou é uma coisa ou é outra, há sempre uma consequência jurídica no pronunciamento de mérito numa ação, seja direta de constitucionalidade, seja declaratória de inconstitucionalidade.

Vamos ver ainda aqui a questão da eficácia. A eficácia da ação declaratória tem efeito *ex tunc*, mas a Lei nº 9.868, de 10.11.1999, operou uma grande alteração no sistema do seu art. 27 e diz o seguinte: "ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado". É interessante aqui, sobre este assunto; esta lei já foi questionada diante do próprio Supremo Tribunal Federal e eu tenho um precedente. O Supremo apreciou esta lei numa questão de ordem e ela diz o seguinte (isto foi publicado recentemente no *Diário de Justiça* do dia 19.3.04):

"Questão de ordem. Ação direta de inconstitucionalidade. Julgamento de mérito. Parágrafo único do art. 28 da Lei 9.868/99: constitucionalidade. Eficácia vinculante da decisão. Reflexos. Reclamação. Legitimidade ativa. 1) É constitucional lei ordinária que define como de eficácia vinculante os julgamentos definitivos de mérito proferidos pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade".

Isto aqui porque, como nós sabemos, até então a declaração, o efeito vinculante só existia nas ações declaratórias de constitucionalidade. É verdade que a doutrina, eu me lembro assim de José Afonso da Silva (mas eu acho que Raul Machado Horta também defendia este ponto de vista e outros) já dizia por que não havia razão para que não acontecesse o mesmo em relação às ações declaratórias de inconstitucionalidade, exatamente para aquela face dúplice que nós já abordamos. Se era, logicamente/praticamente, a mesma coisa com o sinal trocado, não havia por quê, apenas pelo fato da Constituição não ser escrita em relação às ações de constitucionalidade, que ela também não tivesse este mesmo efeito. Aí, o mérito que houve na Lei nº 9.868/99 foi de ter captado esta orientação, que já vinha da doutrina, e inserido no

próprio texto de lei. E, como sempre aqui no País, graças a Deus até, esta lei foi questionada diante do Supremo Tribunal Federal, obrigando esta Corte a que se detivesse sobre este aspecto.

Foi daí que gerou este pronunciamento em questão de ordem que eu estou aqui a ler o texto da ementa. Então, continuando:

"2) Para efeito de controle abstrato de constitucionalidade de lei ou ato normativo, há similitude substancial de objetos nas ações declaratória de constitucionalidade e direta de inconstitucionalidade. Enquanto a primeira destina-se à aferição positiva de constitucionalidade, a segunda traz pretensão negativa. Espécies de fiscalização objetiva que, em ambas, traduzem manifestação definitiva do Tribunal quanto à conformação da norma com a Constituição Federal.

3) A eficácia vinculante da ação declaratória de constitucionalidade, fixada pelo § 2º do artigo 102 da Carta da República, não se distingue, em essência, dos efeitos das decisões de mérito proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade.

4) Reclamação. Reconhecimento de legitimidade ativa *ad causam* de todos que comprovem prejuízo oriundo de decisões dos órgãos do Poder Judiciário, bem como da Administração Pública de todos os níveis, contrárias ao julgado do Tribunal. Ampliação do conceito de parte interessada (Lei nº 8.038/90, art. 13). Reflexos processuais da eficácia vinculante do acórdão a ser preservado.

5) Apreciado o mérito da ADI nº 1662-SP (*DJ* de 30.8.01), está o Município legitimado para propor reclamação. Agravo regimental provido".

Este é o Agravo Regimental na Reclamação nº 1880-6-SP, Tribunal Pleno, relator Ministro Maurício Corrêa, *DJU* de 19.3.04, na página 17.

Neste pronunciamento, aqui ele se tornou importante, porque veio a ratificar aquele entendimento que já vinha sendo expedido na doutrina e que praticamente não havia nenhuma discussão sobre isto.

Este efeito vinculante, como nós sabemos, está no art. 102, § 2º, exatamente assim:

"as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo".

Um outro ponto que eu vou colocar agora é a questão da medida cautelar. A medida cautelar, ela foi prevista apenas para ação direta de inconstitucionalidade; a competência do Supremo é para processar e julgar o pedido de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade. Isto está no artigo 102, I, alínea p, da Constituição, no seu texto original. E o tema que veio à discussão foi semelhante àquele que aconteceu com respeito ao poder vinculante que acabamos de falar. Há um pronunciamento na ação declaratória de constitucionalidade que é famoso, ADC nº 4, de 11.01.1998, sobre aquela Lei 9.494. Para quem não está lembrado, é aquela que diz respeito à limitação do poder de antecipação de cautela dos juízes, etc. Então, o Ministro Sydney Sanches veio a reconhecer que esta medida cautelar é também aplicável para ação declaratória de constitucionalidade. Este foi o pronunciamento quando relatou esta ADC nº 4, e nesta oportunidade nós tivemos ali um pronunciamento do Ministro Sepúlveda Pertence, quando ele falou que nós temos ali ações que são rigorosamente dúplices. Até aí nós tínhamos sempre pronunciamento neste sentido através da doutrina, mas no voto que ele então proferiu, ele reconheceu e acompanhou o Relator, proclamando também a possibilidade de se permitir a concessão de medida cautelar nas ações declaratórias de constitucionalidade. Exatamente dentro deste entendimento de que são ações rigorosamente dúplices, ações bifaces, ações que, afinal de contas, têm o mesmo perfil, de tal modo que não faria sentido que fosse de uma outra maneira.

Eu queria ainda lembrar um outro pronunciamento, uma jurisprudência, também recente a respeito, aqui já com um sentido interessante. Hoje nós sabemos que, dentro do nosso sistema normativo, o Código de Processo Civil, no artigo 481, parágrafo único, toda vez que há um pronunciamento do Supremo, já não se demanda mais a necessidade de um novo chamado ao Plenário, não há mais obrigatoriedade da chamada "reserva de Plenário". Inclusive, aqui, na 5ª Região, já era tranqüilo isto. Interessante, quando aqui foram discutidos determinados temas, o Tribunal da 4ª Região entendia que era indispensável, mesmo o Supremo Tribunal Federal já tendo se pronunciado. Também o Tribunal se reuniu de maneira plenária para dizer o óbvio, porque seria uma coisa realmente estranha que o Tribunal fosse se pronunciar diferente do Supremo, sobretudo em temas que eram reiterados. Aqui na 5ª Região, com todo o respeito aos demais, mas de um modo mais racional, se entendeu que, se havia precedente do Supremo, não havia necessidade do Tribunal se pronunciar e passava simplesmente a já adotar aquele ponto de vista mesmo em julgamentos de Turmas. Este entendimento foi consagrado numa das leis de reforma de 1998 (Lei nº 9.756/98) e foi incluído na modificação do art. 481 do Código de Processo Civil.

Tenho, porém, uma dúvida para saber se aquela expressão devia ser entendida de modo restrito ou amplo, porque um Tribunal, que eu não sei bem qual, resolveu dar um pronunciamento de mérito contrário, em desacordo, em desarmonia com o entendimento da Suprema Corte, e esta matéria foi levada ao Supremo, embora com base no art. 481, parágrafo único, do CPC. Rigorosamente, seria levada assim na letra da lei, seria direito infraconstitucional, mas, pela repercussão que teve o tema, foi examinado pelo Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental em um Agravo de Instrumento. Então o pronunciamento que vale a pena a gente recolher também é o seguinte:



**"Recurso extraordinário: limitação temática às questões suscitadas na interposição.**

I. O juízo de conhecimento do recurso extraordinário, como é da sua natureza, circunscreve-se às questões suscitadas na sua interposição: não aventada a nulidade do acórdão recorrido, que teria declarado a inconstitucionalidade dele, sem a observância do art. 97 da Constituição, é impossível conhecer o recurso para declarar o vício não alegado.

**II. Controle de constitucionalidade de normas: reserva de plenário (CF, art. 97):** reputa-se declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que - embora sem o explicitar - afasta a incidência da norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sob critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição.

**III. Controle de constitucionalidade: reserva de plenário (CF, art. 97):** inaplicabilidade, no caso, da exceção prevista no artigo 481, parágrafo único, do Código de Processo Civil (redação da Lei nº 9.756/98).

1. O artigo 481, parágrafo único, introduzido no Código de Processo Civil pela Lei nº 9.756/98 - que dispensa a submissão ao plenário, ou a órgão especial, da arguição de inconstitucionalidade quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão - alinhou-se à construção jurisprudencial já então consolidada no Supremo Tribunal, que se fundara explicitamente na função outorgada à Corte de árbitro definitivo da constitucionalidade das leis.

2. A regra, por isso mesmo, só incide quando a decisão do órgão fracionário de outro Tribunal se ajusta à decisão anterior do Plenário do Supremo Tribunal.

3. Manifesta é a sua impertinência à hipótese, como a do caso, em que a turma da Corte de segundo grau vai de encontro ao julgado do STF - Supremo Tribunal Federal, para declarar inconstitucional o dispositivo de lei que aqui se julgará válido perante a Constituição".

Isto foi no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 466882-9-SP, Primeira Turma, relator Ministro Sepúlveda Pertence, no *DJU* de 2.4.04, página 14. Como se vê nesta hipótese, o Supremo atuou em defesa das suas próprias atribuições, de tal modo que veio a

reconhecer, primeiro, que a lei é constitucional, que é possível a reserva de plenário, até porque esta lei veio apenas a referendar diversos pronunciamentos do Supremo que, contra votos de dois Ministros, vinha entendendo que se o Supremo tinha se pronunciado mesmo em controle difuso sobre determinada matéria através de seu Plenário, não havia necessidade de renovar o exame desta matéria para reiterar aquele pronunciamento. E nesta linha foi produzida a reforma de tal modo que o Supremo foi coerente, apenas o que ele disse é que esta norma veio para prestigiar a Corte Constitucional e não para desprestigiá-la, porque seria um absurdo que pudesse um Tribunal de segundo grau usar aquele dispositivo feito para prestigiar a autoridade. A interpelação da lei através da Suprema Corte é exatamente um pronunciamento no sentido contrário.

Queria apenas, no final de tudo, chamar a atenção para estes pontos que foram levantados, especialmente para mostrar, hoje, que nós estamos com o prestígio e a concentração maior do poder dentro da Suprema Corte. Aquilo que é preciso a comunidade discutir muito é saber se nós devemos permanecer com o sistema misto ou, como a OAB defendia, ou como defende hoje José Afonso da Silva. José Afonso da Silva já foi de outro ponto de vista, mas no último trabalho ele mostra claramente que o crescimento do controle abstrato de inconstitucionalidade, o prestígio das ações diretas, o crescimento deste poder de controle que existe pelo Supremo, mostra a necessidade - que eu também modestamente entendo - de que haja uma Corte Constitucional dedicada especialmente a isto, para evitar que estas decisões estejam, de alguma maneira, sempre à margem da interpretação da lei, algum interesse subjetivo, mas que se faça no próprio plano abstrato das normas, como parece ter sido a lição dos países civilizados, os maiores países do mundo.

Eu agradeço a todos, foi uma oportunidade muito interessante de a gente refletir sobre este tema, que é profundamente radicado, ligado à cidadania, de tal modo que todos nós precisamos gastar alguns momentos para refletir um pouquinho sobre ele. Embora eu saiba que posso ter deixado algumas dúvidas, estamos aqui prontos, dentro da medida do possível, para procurar debater com vocês, talvez, se não esclarecer, pelo menos pensar alto com a platéia tão distinta. Muito obrigado a todos e até uma próxima vez.